

ORGANIZAÇÃO

RAFAEL COUTINHO CHAGAS PEREIRA MARIA ELISA ROCHA COUTO GOMES WESLEY-VAZ OLIVEIRA

CYRANA BORGES VELOSO

GUSTAVO MARTINS DO CARMO MIRANDA



REALIZAÇÃO













2022 - Editora Amplla

Copyright da Edição © Editora Amplla **Copyright do Texto** © Os autores

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Amplla **Diagramação:** João Carlos Trajano

Revisão: Os autores

Anais do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG) está licenciado sob CC BY 4.0.

Esta licença exige que as reutilizações deem crédito aos criadores. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais. O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Amplla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Amplla.

ISBN: 978-65-5381-086-0

DOI: 10.51859/amplla.asd860.1122-0

Editora Amplla Campina Grande – PB – Brasil contato@ampllaeditora.com.br www.ampllaeditora.com.br



CONSELHO EDITORIAL

Tecnologia do Piauí

Andréa Cátia Leal Badaró Elane da Silva Barbosa - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Estadual do Ceará Érica Rios de Carvalho - Universidade Andréia Monique Lermen Universidade Federal do Rio Grande Católica do Salvador do Sul Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti -Antoniele Silvana de Melo Souza -Universidade Estadual Paulista "Júlio Universidade Estadual do Ceará de Mesquita Filho" Arvane de Azevedo Pinheiro -Gabriel Gomes de Oliveira Universidade Federal do Ceará Universidade Estadual de Campinas Bergson Rodrigo Siqueira de Melo -Gilberto de Melo Junior - Instituto Universidade Estadual do Ceará Federal do Pará Bruna Beatriz da Rocha - Instituto Givanildo de Oliveira Santos Federal do Sudeste de Minas Gerais Instituto Brasileiro de Educação e Universidade Bruno Ferreira Federal da Bahia Higor Costa de Brito - Universidade Federal de Campina Grande Caio César Costa Santos Universidade Federal de Sergipe Isabel Fontgalland - Universidade Federal de Campina Grande Carina Alexandra Rondini Universidade Estadual Paulista Isane Vera Karsburg - Universidade do Estado de Mato Grosso Carla Caroline Alves Carvalho -Universidade Federal de Campina Israel Gondres Torné - Universidade Grande do Estado do Amazonas Carlos Augusto Trojaner - Prefeitura Italan Carneiro Bezerra - Instituto de Venâncio Aires Federal da Paraíba Ivo Batista Conde - Universidade Carolina Carbonell Demori Universidade Federal de Pelotas Estadual do Ceará Cícero Batista do Nascimento Filho -Jaqueline Rocha Borges dos Santos -Universidade Federal Rural do Rio de Universidade Federal do Ceará Clécio Danilo Dias da Silva Janeiro Universidade Federal do Rio Grande Wanderlev do **Iessica** Souza do Norte Instituto de Nascimento _ Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar Especialização do Amazonas - Universidade Federal do Piauí João Henriques de Sousa Júnior -Daniela Universidade Federal de Santa de Freitas Lima Universidade Federal de Campina Catarina Ioão Manoel Da Silva - Universidade Grande Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Federal de Alagoas Oliveira - Universidade Estadual da Ioão Vitor Andrade - Universidade de Paraíba São Paulo Ioilson Silva de Sousa - Instituto Denise Barguil Nepomuceno Universidade Federal de Minas Gerais Federal do Rio Grande do Norte Dylan Ávila Alves – Instituto Federal José Cândido Rodrigues Neto -Goiano Universidade Estadual da Paraíba Edson Lourenco da Silva - Instituto Iose Henrique de Lacerda Furtado -Federal de Educação, Ciência e Instituto Federal do Rio de Janeiro

Frassinetti do Recife Iosinev **Farias** de Araújo Universidade Federal do Pará Karina de Araújo Dias SME/Prefeitura de Municipal Florianópolis Katia Fernanda Alves Moreira -Universidade Federal de Rondônia Laís Portugal Rios da Costa Pereira -Universidade Federal de São Carlos Laíze Lantyer Luz - Universidade Católica do Salvador Lindon Johnson Pontes Portela -Universidade Federal do Oeste do Lucas Araújo Ferreira - Universidade Federal do Pará Lucas Capita Quarto - Universidade Federal do Oeste do Pará Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo - Unifacisa Centro Universitário Luciana de Iesus Botelho Sodré dos Santos - Universidade Estadual do Maranhão Souza Souza Luís Paulo e Universidade Federal do Amazonas Luiza Catarina Sobreira de Souza -Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central Manoel Mariano Neto da Silva -Universidade Federal de Campina Grande Marcelo Alves Pereira Eufrasio -Centro Universitário Unifacisa Marcelo Williams Oliveira de Souza -Universidade Federal do Pará Marcos Pereira dos Santos Faculdade Rachel de Queiroz Marcus Vinicius Peralva Santos -Universidade Federal da Bahia Marina Magalhães de Morais -Universidade Federal do Amazonas Mário Cézar de Oliveira Universidade Federal de Uberlândia Michele Antunes - Universidade Feevale

Iosenita Luiz da Silva - Faculdade

Universidade Federal de Pernambuco Nadia Maria Mourão - Universidade do Estado de Minas Gerais Natan Galves Santana - Universidade Paranaense Nathalia Bezerra da Silva Ferreira -Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Neide Kazue Sakugawa Shinohara -Universidade Federal Rural Pernambuco Iohnson Neudson Martinho Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso Patrícia Appelt _ Universidade Tecnológica Federal do Paraná Paula Milena Melo Casais Universidade Federal da Bahia Paulo Henrique Matos de Jesus -Universidade Federal do Maranhão Rafael Rodrigues Gomides Faculdade de Quatro Marcos Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará Rebeca Freitas Ivanicska Universidade Federal de Lavras Renan Gustavo Pacheco Soares -Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns Renan Monteiro do Nascimento -Universidade de Brasília Ricardo Leoni Gonçalves Bastos -Universidade Federal do Ceará Rodrigo da Rosa Pereira Universidade Federal do Rio Grande Sabrynna Brito Oliveira Universidade Federal de Minas Gerais Samuel Miranda Mattos Universidade Estadual do Ceará Shirlev Santos Nascimento Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia Silvana Carloto Andres - Universidade Federal de Santa Maria Silvio Almeida de Junior Universidade de Franca

Milena Roberta Freire da Silva -

Tatiana Paschoalette R. Bachur -Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste Thavla Santino Amorim Universidade Federal do Rio Grande do Norte Virgínia Maia de Araújo Oliveira -Instituto Federal da Paraíba Virginia Tomaz Machado - Faculdade Santa Maria de Cajazeiras Walmir Fernandes Pereira - Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis –
Universidade Federal de Campina
Grande
Wellington Alves Silva – Universidade
Estadual de Roraima
Yáscara Maia Araújo de Brito –
Universidade Federal de Campina
Grande
Yasmin da Silva Santos – Fundação
Oswaldo Cruz
Yuciara Barbosa Costa Ferreira –
Universidade Federal de Campina

Grande



2022 - Editora Amplla Copyright da Edição © Editora Amplla Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Amplla **Diagramação:** João Carlos Trajano

Revisão: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Anais do VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG) [livro eletrônico] / Rafael Coutinho Chagas Pereira...[et al]. -- Campina Grande: Editora Amplla, 2022.
1150 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5381-086-0

- 1. Sociologia. 2. Seminário Discente do PPGS-UFMG.
- 3. CESAP. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- 4. Universidade Federal de Minas Gerais. I. Pereira,

Rafael Coutinho Chagas. II. Título.

CDD-300

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213 (SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia 300

Editora Amplla Campina Grande – PB – Brasil contato@ampllaeditora.com.br www.ampllaeditora.com.br



SUMÁRIO

AUDIOVISUALIDADES: ESTETICAS E CONTEXTOS SOCIAIS
CAPÍTULO I - UMA NARRATIVA FEMINISTA? IMAGEM, REPRESENTAÇÃO E PODER EM BELA VINGANÇA (2020)1
CAPÍTULO II - IMAGINÁRIO, HOSPITALIDADE E DIFERENÇA, UMA ANÁLISE DESTAS PERSPECTIVAS NO FILME "BUENA VISTA SOCIAL CLUB"
CONFRONTOS POLÍTICOS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
CAPÍTULO III - MASCULIDADE PÓS FEMINISMO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: CONTRAPONTOS ENTRE A INSERÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA
CAPÍTULO IV - VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO DE CASO DOS PROJETOS DE LEI SOBRE O ABORTO EM 2020 na câmara dos deputados5
CAPÍTULO V - A "IDEOLOGIA DE GÊNERO" SOB DIFERENTES OLHARES: UM ESTUDO DA ESTRUTURA RETÓRICA DE ARTIGOS DE OPINIÃO SOBRE O TEMA
CAPÍTULO VI - AS PERCEPÇÕES DE CASAIS HOMOAFETIVOS SOBRE AS RELAÇÕES COM AS ESCOLAS DE SEUS/SUAS FILHOS(AS): UM ESBOÇO METODOLÓGICO EM CONSTRUÇÃO8
CULTURAS URBANAS, CONFLITOS DAS/NAS CIDADES E SOCIABILIDADES: A EMERGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS
CAPÍTULO VII - MOBILIDADE(S) E HIBRIDISMO: A MÁQUINA E A CONSTRUÇÃO DE OUTRO SER11
DESDEMOCRATIZAÇÃO EM FOCO, DEMOCRACIA EM XEQUE: DEBATES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
CAPÍTULO VIII - AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E SUA INFLUÊNCIA NA ASCENSÃO DA DIREITA RADICAL POPULISTA 12
CAPÍTULO IX - O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO COMO UM DOS BRAÇOS DA RUPTURA DO SISTEMA DEMOCRÁTICO Brasileiro: Uma análise da operação lava-jato14
CAPÍTULO X - O DISCURSO DE ÓDIO ENQUANTO INSTRUMENTO POTENCIALIZADOR DA DESDEMOCRATIZAÇÃO 17
CAPÍTULO XI - DEMOCRACIA EM CRISE: A ASCENSÃO DO AUTORITARISMO E DO EXTREMISMO DE DIREITA NOS REGIMES DEMOCRÁTICOS CONTEMPORÂNEOS*
CAPÍTULO XII - MINORIAS SOB MIRA: ABORDANDO A CRISE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA A PARTIR DAS TENSÕES ANTI-MINORIA
"ELES COMBINARAM DE NOS MATAR E NÓS COMBINAMOS DE NÃO MORRER": POSSIBILIDADES INSURGENTES DA DIÁSPORA
CAPÍTULO XIII - O "EU" E O "OUTRO": UM ESTUDO SOBRE SOCIABILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES IMIGRANTES EM BELO HORIZONTE
CAPÍTULO XIV - SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA E A PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR23
CAPÍTULO XV - IDENTIDADES NA CULTURA PÓS-PANDÊMICA [DES][RE]TERRITORIALIZADA: RELAÇÕES AFETO- Artísticas24
EMOÇÕES E SOCIABILIDADES URBANAS: AS CONFIGURAÇÕES EMOTIVAS NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO25
CAPÍTULO XVI - " <i>A ELEIÇÃO ACABOU, MAS O RANÇO POR VOCÊS NÃO"</i> . POLARIZAÇÃO E ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO NOS DISCURSOS DE USUÁRIO(A)S DO <i>TINDER</i>
CAPÍTULO XVII - SOLIDÃO E <i>ESCREVIVÊNCIAS</i> : CONSIDERAÇÕES SOBRE HIERARQUIAS E MICROPOLÍTICAS ANTROPOLÓGICAS EM ANA DAVENGA

	DE SOCIOLOGIA: PRÁTICAS DE ENSINO E OS USOS DE SABERES TRADICIONAIS, POPULARES E SOCIOLÓGICOS NA O BÁSICA E SUPERIOR	
	CAPÍTULO XVIII - ENCURTANDO DISTÂNCIAS: OLHANDO DE CIMA OU COM OS PÉS NO CHÃO?	285
	CAPÍTULO XIX - VIDEOAULA COMO RECURSO DIDÁTICO: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE VIDEOAULAS DE SOCIOLOGIA	
ENTRE VI	OLÊNCIAS E CRIMINALIZAÇÕES: PUNIÇÃO E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL	.338
	CAPÍTULO XX - GÊNESE E ESTRUTURA DA QUESTÃO CRIMINAL NO BRASIL: CONTRADIÇÕES EM ANÁLISE	339
	CAPÍTULO XXI - FILTRAGEM RACIAL E TEORIAS ÉTNICO-RACIAIS	359
	CAPÍTULO XXII - A MÍDIA E OS DISCURSOS DE VULNERABILIDADE: A CRIAÇÃO DICOTÔMICA "HOMEM DE BEM X Inimigo comum"	
	CAPÍTULO XXIII - PRISÕES CAUTELARES E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL	383
ESTRUTUI	RAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ENTRE O DISCURSO E O CORPO	399
	CAPÍTULO XXIV - A TERCEIRIZAÇÃO E AS MULHERES	400
	CAPÍTULO XXV - ABORTO E DIVERSIDADE SEXUAL NO SENADO FEDERAL E NA ALERJ: UMA ANÁLISE QUE PERPASSA DIREITOS HUMANOS, IDEOLOGIA DE GÊNERO E RELIGIÃO NO DEBATE PÚBLICO EM 2019	416
	CAPÍTULO XXVI - AS SAÍDAS DOS ARMÁRIOS E DOS CAMARINS: REFLEXÕES SOBRE O ASSUMIR-SE GAY/BISSEXUAL/TRAVESTI/TRANSEXUAL E A REVELAÇÃO DAS PRÁTICAS PERFORMÁTICAS <i>DRAG QUEEN</i> E TRANSFORMISTA	
JUVENTU	DES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AÇÕES COLETIVAS	458
	CAPÍTULO XXVII - JUVENTUDES E MOBILIZAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS DE SER E PERMANECER "REBELDE" EM BELO HORIZONTE E SUA REGIÃO METROPOLITANA	459
METODOL	OGIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: FRONTEIRAS DE INTEGRAÇÃO E O CONTEXTO PANDÊMICO	476
	CAPÍTULO XXVIII - OS POTENCIAIS DO IRAMUTEQ PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DECISÕES JUDICIAIS	477
MÉTODOS	S E TÉCNICAS DA PESQUISA CIENTÍFICA: MULTIDISCIPLINARIDADE E SUAS POSSIBILIDADES	501
	CAPÍTULO XXIX - HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE: A TEORIA DA INTERPRETAÇÃO COMO UMA ALTERNATIVA Teórica-metodológica para pesquisas em ciências sociais e ciências sociais aplicadas	
MULHERE	S NEGRAS E VIOLÊNCIA	527
	CAPÍTULO XXX - RECONHECIMENTO E O VALOR DA VOZ DE MULHERES NEGRAS: A RECONFIGURAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS VIVIDAS.	528
	CAPÍTULO XXXI - COVID-19 E OS DESAFIOS DO ISOLAMENTO DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS	540
	CAPÍTULO XXXII - A SENZALA MODERNA É O QUARTINHO DA EMPREGADA: SIGNIFICADOS, RESSIGNIFICAÇÕES E Resistência em relatos publicados na internet	
NEOLIBER	RALISMO E SOCIOLOGIA FISCAL	563
	CAPÍTULO XXXIII - TRAJETÓRIA DOS APARATOS DE DISCIPLINA FISCAL NO BRASIL: É POSSÍVEL ELABORAR UM ÍNDICE DE DEMOCRACIA FISCAL BRASILEIRO?	
OLHARES	E DESAFIOS PARA A ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E RURAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	602
	CAPÍTULO XXXIV - COMBATENDO A FOME, A PANDEMIA E O DESMONTE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL: O MST, A AGROECOLOGIA E AS CAMPANHAS DE DOAÇÕES DE ALIMENTOS	
	CAPÍTULO XXXV - A TEORIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E A LÓGICA DA DOMINAÇÃO FINANCEIRA SOBRE O AGRONEGÓCIO: NOTAS PARA O DEBATE.	626

PERIFERIA	AS, POLÍTICAS E INTERSECCIONALIDADES	
	CAPÍTULO XXXVI - A VULNERABILIDADE SOCIAL DE MENINAS ADOLESCENTES: A CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO UM FATOR AGRAVANTE PARA OS FENÔMENOS SOCIAIS.	643
PERSPECT	TIVAS DECOLONIAIS EM SOCIOLOGIA E ÁREAS AFINS	650
	CAPÍTULO XXXVII - ENCRUZILHADAS DO SABER - MULTILOCALIDADE E MULTIVOCALIDADE EM UM ESTUDO DIGITAL SOBRE CARTOMANCIA) . 651
	CAPÍTULO XXXVIII - DA DESCONSTRUÇÃO DE UMA AGÊNCIA SUBALTERNA ÀS <i>MULHERES POLÍTICAS NEGRAS</i>	.676
	CAPÍTULO XXXIX - TRAVESSIAS DE MULHERES NEGRAS COTISTAS: (SOBRE) VIVÊNCIAS, AQUILOMBAMENTO E A PERMANÊNCIA SIMBÓLICA NO ÂMBITO PSICOSSOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RECÔNCAVO DA BAHIA	
POLÍTICAS	S DO FIM DO MUNDO: O ANTROPOCENO BRASILEIRO	.705
	CAPÍTULO XL - TERRITÓRIO YANOMAMI: ENTRE A SOBERANIA E GLOBALIZAÇÃO	.706
PRÁTICAS	POLÍTICAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS	.722
	CAPÍTULO XLI - ESTUDO SOBRE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES DA ÁREA	.723
	CAPÍTULO XLII - TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO PERIÓDO DEPANDEMIA DO COVID-19"	
PROCESSO	DS MUSICAIS, CULTURA E SOCIEDADE	.755
	CAPÍTULO XLIII - MÚSICA SERTANEJA E TORCICOLO CULTURAL: O GOIÁS QUE EM NESHVILLE É BOM DEMAIS	.756
	CAPÍTULO XLIV - TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS: CLUBE DA ESQUINA	. 779
RELIGIÃO	E GLOBALIZAÇÃO: UMA SINTONIA POSSÍVEL	.799
	CAPÍTULO XLV - A SOCIOLOGIA DE BOURDIEU E O PODER POLÍTICO DA IGREJA CATÓLICA	800
	CAPÍTULO XLVI - RELIGIÃO E ESPIRITUALIDADE: UMA SINTONIA EM BUSCA DO SAGRADO	.823
SOCIOLOG	SIA DA CULTURA, DA ARTE E DOS INTELECTUAIS	.833
	CAPÍTULO XLVII - A DANÇA COMO CAPITAL CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR	834
	CAPÍTULO XLVIII - QUAL O GOSTO DA ESCRITA ACADÊMICA? INCURSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NOS IMAGINÁRIOS DE "CRIATIVIDADE" E "EMOÇÃO" NA CIÊNCIA	845
	CAPÍTULO XLIX - A MILONGA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DO NEGRO NO PAMPA	868
SOCIOLOG	GIA DO TRABALHO, ANTROPOLOGIA EM EMPRESAS E EM ORGANIZAÇÕES	.887
	CAPÍTULO L - CARREIRA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS.	888
SOCIOLOG	SIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	900
	CAPÍTULO LI - AUTONOMIA ESCOLAR OU EQUIDADE DE ENSINO? ENTENDENDO POLICY-MAKING E POLICY DECISION-MAKING A PARTIR DO ENSINO DE SOCIOLOGIA EM MATO GROSSO	
	CAPÍTULO LII - NARRATIVAS DE JOVENS DE 15 A 17 ANOS: SEUS SABERES E INSUCESSOS ESCOLARES	920
	CAPÍTULO LIII - SER JOVEM ESTUDANTE NA PERIFERIA: O PAPEL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA JUVENIL PERIFÉRICA	
	CAPÍTULO LIV - A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DE PANDEMIA: A CONDIÇÃO DOS ESTUDANTES PARA AS ATIVIDADES REMOTAS EMERGENCIAIS.	954
	CAPÍTULO LV - "A <i>Elasticidade</i> do dia a dia": As desigualdades e estratégias dos alunos de Licenciatura em ciências sociais em seus desi ocamentos diários <i>de</i> e <i>para</i> a heri	979

	GIAS DO CONFLITO E HUMANIDADES EM TENSÃO (MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSOS COMO CAMPO I Entação)	
	CAPÍTULO LVI - MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: ENTRE DESUMANIDADES E SOLIDARIEDADE I	
	CAPÍTULO LVII - MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO CIDADÃ	1006
	CAPÍTULO LVIII - FEIRAS E FEIRANTES NA MONTEVIDÉU TARDO-MODERNA - REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGI TEMPO E FUTURO	,
	CAPÍTULO LIX - CONFLITOS ENTRE RELIGIÃO E A ACADEMIA - UM ESTUDO DE CASO ENTRE ALUNOS DA FAFICH UFMG E DO ISCSP - UNIVERSIDADE DE LISBOA EM 2019.	
TRABALH	O E TRABALHADORES/AS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	1072
	CAPÍTULO LX - EM QUE POSSO AJUDAR? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE TRABALHADORAS NO MUNDO DO SERVIÇOS	
	CAPÍTULO LXI - UMA ANÁLISE DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NO ACOLHIMENTO DE MIGRANTES E REFUGIADO VENEZUELANOS INTERIORIZADOS NO BRASIL PELA OPERAÇÃO ACOLHIDA	
UBERIZAÇ Sociolae	ÇÃO SOCIAL: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO VERSUS A BUSCA PELA CONSCIÊNC Boral	
	CAPÍTULO LXII - O TOYOTISMO E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS	1119
	CAPÍTULO LXIII - A REJEIÇÃO DA SUBORDINAÇÃO NAS ENTRANHAS DO NEOLIBERALISMO	1138

CAPÍTULO LIV

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO CONTEXTO DE PANDEMIA: A CONDIÇÃO DOS ESTUDANTES PARA AS ATIVIDADES REMOTAS EMERGENCIAIS

Júlio Saulo Silva Juliana Ferreira de Melo

RESUMO

Com o intuito de contribuir com os estudos acerca do impacto da pandemia de Covid-19 sobre a EJA, este trabalho procura identificar, descrever e analisar as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do público dos Projetos de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvidos no Centro Pedagógico, localizado na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte. Essa investigação será realizada através da análise de questionários elaborados pela Coordenação dos Projetos e aplicados aos estudantes entre os meses de julho e agosto de 2020, visando subsidiar o planejamento das Atividades Remotas Emergenciais. A partir da compreensão do cenário peculiar em que a EJA se insere no contexto da pandemia devido às especificidades dos sujeitos que a compõem, a identificação das condições práticas de execução das atividades remotas por parte desse público e de seus resultados nesse período se faz necessária para averiguar de que maneira o cenário pandêmico pode ou não ter contribuído para criar ou reforçar os mecanismos de exclusão social aos quais os educandos da EJA já são historicamente submetidos.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo Coronavírus que teve início nos primeiros meses de 2020 trouxe consequências severas para todo o mundo. Tendo registrado seu primeiro caso em fevereiro deste mesmo ano, o Brasil foi forçado a paralisar diversas atividades econômicas não essenciais e a adaptar o funcionamento de diferentes setores ao contexto do isolamento social a fim de frear a contaminação e diminuir seu impacto – previsto – sobre o sistema de saúde. Embora as ações de combate à pandemia tenham acontecido de maneira desordenada entre agentes federativos e tenham sido ativamente sabotadas pelo governo federal, a suspensão das atividades escolares foi uma das primeiras medidas a serem instituídas na maioria dos estados e municípios brasileiros, seguida de uma tentativa gradual e difusa de adaptação do ensino ao contexto remoto.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se insere nessa conjuntura de modo peculiar, tendo em vista suas particularidades em relação ao ensino "regular". No que se refere à

paralisação das atividades e à posterior tentativa de adaptação ao contexto remoto, a EJA teve que lidar com as limitações das políticas públicas voltadas para os sujeitos que participam desta modalidade de ensino e com os desafios específicos do público que atende no que tange às suas condições socioeconômicas e, por conseguinte, às suas possibilidades de acesso às tecnologias necessárias ao ensino remoto. Nesse sentido, vale destacar que tais condições se desdobram em desigualdades sociais e educacionais – vulnerabilidades significativamente aprofundadas pelo contexto da pandemia.

A partir do entendimento de que a EJA é composta majoritariamente por indivíduos oriundos das camadas populares, verifica-se que o desafio de sua adaptação ao ensino remoto possa ser acentuado, uma vez que esses indivíduos têm piores condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)¹ em comparação com aqueles pertencentes às classes mais favorecidas de nossa sociedade. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios (2019), apenas 44% dos domicílios das classes C e 14% dos domicílios das classes D e E possuem um computador disponível para uso, enquanto que, nas classes A e B, essa taxa é de 95% e 85%. Já em relação ao acesso à internet, a taxa é de 80% na classe C e de 50% nas classes D e E; de 99% e 95% nas classes A e B, respectivamente.

Trabalhos recentes realizados em diferentes regiões do país (JÚNIOR *et al.*, 2020 e LIMA *et al.*, 2020) evidenciam as lacunas existentes nesse processo de adaptação do ensino ao modelo remoto e a importância da consideração das especificidades dos educandos da EJA para uma proposta efetiva que não aprofunde desigualdades e marginalizações. Em consonância com essas pesquisas, o presente trabalho procura identificar, descrever e analisar as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do público dos Projetos de Educação Básica de Jovens e Adultos desenvolvidos no Centro Pedagógico, localizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Por meio desta análise e da averiguação do desempenho dos estudantes nos anos letivos de 2019 e 2020, pretende-se demonstrar que o contexto da pandemia e a adaptação da EJA às Atividades Remotas Emergenciais (ARE) podem ter produzido e aprofundado desigualdades entre os educandos e as educandas.

¹ De acordo com o dicionário de Ciência da Computação de Oxford, o termo Tecnologias de Informação e Comunicação é "um termo guarda-chuva usado para cobrir tecnologias de computação e telecomunicação, com uma ênfase em seu uso combinado em processamento e transmissão de informação" (BUTTERFIELD; NGONDI; KERR, 2016, p. 835. Tradução sob nossa responsabilidade), abrangendo a convergência física de equipamentos eletrônicos (como computadores e *smartphones*) e estruturas de conexão.

Ao levar em conta a relevância material e simbólica dessas condições para o funcionamento de uma proposta pedagógica inclusiva, realizada em contextos virtuais, procura-se discutir novamente a necessidade de se atender às especificidades desse público para que se consiga alcançar satisfatoriamente o objetivo educacional dos sujeitos da EJA. É de se supor que o contexto da pandemia e a necessidade de adaptação ao ensino remoto adicionem mais obstáculos ao caminho do educando, da educanda, uma vez que, a partir disso, a execução e o cumprimento das atividades passaram a depender da possibilidade de acesso aos aparelhos tecnológicos que se tornaram imprescindíveis às ARE.

2. OS SUJEITOS DA EJA E SUAS TRAJETÓRIAS À LUZ DE ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS RELEVANTES PARA ESTE TRABALHO

Os jovens e adultos que buscam a EJA para retomar os estudos compõem um público distinto que tem como característica principal o fato de ter sido excluído do processo educacional em seu tempo "regular". As especificidades destes sujeitos são advindas, em grande medida, das desigualdades socioeconômicas e socioculturais que fundamentaram essa exclusão. Dessa forma, ao tratar dessas especificidades, a EJA deve conceber práticas de ensino e de aprendizagem que se contraponham ao processo educacional que anteriormente legitimou estas desigualdades.

É possível entender melhor esse processo educacional precedente, que interrompeu o desenvolvimento escolar dos sujeitos da EJA, tomando como referência a discussão de Pierre Bourdieu ([1966] 2007) sobre a *escola conservadora*. As ideias do sociólogo francês explicitam o modo como a escola tradicional seleciona certos indivíduos à medida que exclui outros, legitimando desigualdades sociais anteriores à sala de aula e sancionando privilégios das elites, tendo em vista seu capital econômico, cultural, social, simbólico³.

Mobilizando o conceito de *capital cultural*, pode-se compreender a maneira por meio da qual a escola premia saberes, condutas, modos de expressão, gostos e preferências, próprios das classes privilegiadas, os quais, associados ao acesso cotidiano a bens culturais materiais,

² Também *A reprodução*, livro de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), que seria publicado anos mais tarde, configura-se como um relevante aporte na apreensão do funcionamento escolar e de suas engrenagens que atuam reforçando e reproduzindo as desigualdades sociais.

³ Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (2007) reuniram, em livro, alguns "Escritos de Educação" de Pierre Bourdieu. Nos artigos da coletânea, encontramos o trabalho do sociólogo sobre os conceitos que definem os diferentes tipos de *capital*, cuja posse se concentra nas mãos das elites dominantes.

constituem certa "herança cultural", consagrada pelas avaliações escolares⁴. O acúmulo desse tipo de capital se dá por meio de um "trabalho do 'sujeito' sobre si mesmo" (BOURDIEU, 2007, p. 74) e pressupõe um processo de incorporação contínua de "atitudes e aptidões que só parecem naturais e naturalmente exigíveis dos membros da classe cultivada, porque constituem a 'cultura' [...] dessa classe" (BOURDIEU, 2007, p. 55). Indivíduos que pertencem às classes favorecidas são socializados desde a infância em um meio que transmite modos de pensar, de se expressar e de agir valorizados socialmente e que lhes darão vantagem no processo de ensino, uma vez que as aptidões linguísticas, modos de se comportar e até mesmo o "bom gosto" premiados na escola correspondem ao *éthos* dessas classes.

A consonância entre as expectativas escolares e o *ethos* das elites não é dada de modo explícito, mas se esconde a princípio atrás do ideal da "igualdade formal" entre os estudantes (BOURDIEU, 2007, p. 53) que de forma simultânea desconsidera as diferenças, as desigualdades socialmente condicionadas anteriores à escola, e trata como "dons naturais" habilidades e condutas que constituem um privilégio cultural. Dessa forma, ao mesmo tempo em que tais privilégios são sancionados pelo sistema de ensino, a responsabilidade acerca do "insucesso" escolar do estudante das camadas populares lhe é imputada, à medida que ele passa a considerar que não consegue cumprir com as expectativas culturais da escola por causa de inaptidões "naturais" (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Por lidar com os "excluídos" do sistema de ensino tradicional, a Educação de Jovens e Adultos deve, portanto, ir na direção contrária da adotada por esse sistema, partindo justamente da negação dessa "equidade formal" e tratando os sujeitos a partir do que trazem de suas trajetórias de vida. Assim,

[...] entendemos que a EJA deve "partir da especificidade desses tempos da vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos históricos que vivenciam esses tempos" (Arroyo, 2006, p. 22), respeitando suas diversidades e diferenças para construir uma proposta curricular que realmente atenda às necessidades desses sujeitos (SOARES e SOARES, 2014, p. 11).

A situação de não escolarizados, as próprias condições socioeconômicas e culturais que os levaram ao abandono escolar, as quais posteriormente se associaram com este abandono, fazem com que o público da EJA se consolide historicamente com uma identidade específica: "há décadas esses jovens e adultos são os mesmos, pobres, oprimidos, excluídos, vulneráveis, negros, das periferias e do campo" (SOARES e SOARES, 2014, p. 11). Desse modo, quando se

⁴ A esse respeito, consultar Bourdieu e Passeron (1964).

fala em atender as necessidades desse público, alude-se à tarefa incontornável de romper com a lógica uniformizadora do ensino tradicional e desenvolver com estes estudantes ferramentas que lhes permitam superar a marginalização à qual foram submetidos e agir ativamente para inverter o destino de classe que a estrutura social lhes impôs. Para isso, a proposta de ensino e de aprendizagem da EJA deve se adaptar aos pontos de partida dos sujeitos, atuando sobre as desigualdades existentes entre seu público a fim de equalizar as possibilidades de êxito escolar.

É sobre esse empreendimento que o contexto da pandemia do novo Coronavírus adicionou uma camada extra de complexidade. Frente à necessidade de interrupção das atividades presenciais, a adaptação das rotinas educacionais ao ensino remoto surgiu como alternativa possível, embora os desafios em relação às condições de acesso às ferramentas tecnológicas necessárias por parte de professores e estudantes tenham sido claros desde o início. Considerada particularmente, a tarefa de adaptação das atividades escolares da EJA para o contexto remoto enfrenta grandes desafios, uma vez que a necessidade de acesso aos aparelhos tecnológicos que possibilitem o cumprimento das atividades encontra um público ao qual esse acesso tende a ser dificultado.

Para entender mais profundamente as implicações dessa situação, recorremos ao conceito de "fluência tecnológica", trazido por Eliane Rocha (2011) em sua discussão sobre as relações entre a apropriação da tecnologia e hierarquias sociais. A autora problematiza tal conceito à luz da noção de *habitus* de Bourdieu, à medida que os "objetos técnicos de base microeletrônica (como os computadores) seriam, também, sujeitos a apropriações distintas e distintivas conforme os *habitus*" (ROCHA, 2011, p. 1730). Segundo Rocha,

A fluência tecnológica requer um processo de aprendizado ao longo da vida, no qual indivíduos continuamente aplicam o que eles sabem para adaptarem-se às mudanças e adquirir mais conhecimento para serem mais efetivos na aplicação da tecnologia da informação no seu trabalho e em suas vidas pessoais (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1999, apud ROCHA, 2011, p. 1732. Tradução da autora).

Ao desenvolver esta argumentação, aludindo ao *capital linguístico* discutido por Bourdieu, Rocha conceitua o que seria um *capital cibernético*, que se associa "ao [capital] cultural objetivado, através da posse dos recursos de hardware e software mais ou menos distintivos e prestigiados no campo da produção tecnológica e ao capital cultural incorporado como conjunto de conhecimentos e habilidades para uso das tecnologias digitais de informação" (ROCHA, 2011, p. 1732).

Tendo isso em vista, podemos verificar como a TIC Domicílios (2019) demonstra as desigualdades no que se refere à posse de recursos tecnológicos, além de indicar também desigualdades no que se possa referir como capital cibernético incorporado. Ao medir as

atividades realizadas na internet e as habilidades com o computador, a pesquisa mostra, por exemplo, que 60% dos respondentes de domicílios da classe A declararam usar a internet para estudar por conta própria, enquanto essa taxa nas classes D e E é de 27%. Além disso, mostra que o nível de habilidades com o computador dos indivíduos diminui à proporção que nos aproximamos das camadas populares.

Nesse sentido, discutir as desigualdades no que se refere à "fluência tecnológica" no processo de adaptação da EJA ao ensino remoto é discutir de que forma essa adaptação deveria considerar as especificidades desses indivíduos, procurar equalizar suas oportunidades de êxito para não aprofundar desigualdades e excluir novamente os sujeitos de seu processo de escolarização. Apreender esse processo a partir dos conceitos de Bourdieu evidencia a complexidade dessa tarefa de adaptação, bem como os processos de violência simbólica que podem estar nela envolvidos, intensificados pela situação de vulnerabilidade à qual os sujeitos da EJA já estão submetidos.

3. O CONTEXTO DA EJA/CP/UFMG EM 2020

O Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - 2º segmento (PROEF-2) e o Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA), desenvolvidos no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG), são Projetos de Extensão voltados para a comunidade externa à universidade. Eles recebem pessoas de Belo Horizonte e da região metropolitana, na retomada de seu processo de escolarização, exercendo seu Direito Constitucional à Educação Básica, pública, gratuita e de qualidade. Com mais de 30 anos de existência, o PROEF-2 possui atualmente seis turmas, divididas em três etapas, que correspondem, grosso modo, ao ensino do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental; enquanto o PROEMJA, mais recente no Centro Pedagógico, em funcionamento na Escola desde 2017,5 abrange todo o ensino médio, contando também com três etapas e seis turmas anuais, sendo a duração do percurso curricular dos dois projetos de três anos cada.

⁵ Nesse ano, em acordo firmado entre a Direção do Centro Pedagógico e as Coordenações dos Projetos que compõem o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos de nossa Universidade, decidiu-se que o CP/UFMG assumiria a oferta de Ensino Médio na EJA, uma vez que o Colégio Técnico não mais o faria a partir de 2019. No COLTEC, o PEMJA, Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos, funcionou por 20 anos (1998-2018), mas, devido à necessidade de oferecer o ensino técnico para as pessoas jovens e adultas, segundo as diretrizes do PRONATEC, não teve mais condições de seguir integrando o Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG, o qual passou a ser composto pelo PROEF-1 (Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos – 1º Segmento), que já o integrava desde a criação do Programa, em 1998, pelo PROEF-2 e pelo PROEMJA.

Em março de 2020, a EJA no CP contava com 196 educandos matriculados e já havia realizado seu processo de seleção de estudantes da Graduação para atuarem nos Projetos, seja como professores em formação, seja como monitores dos setores administrativos da Escola que atendem ao PROEF-2 e ao PROEMJA. As aulas, em ambos, começariam no dia 23/3/20. Contudo, em 18/3/20, as atividades presenciais na UFMG foram suspensas, devido ao anúncio oficial de que enfrentávamos⁶, então, uma pandemia causada pelo novo Coronavírus.

Neste contexto, as Coordenações da EJA/CP/UFMG, juntamente com a Direção da Escola e outros setores da instituição, passaram a trabalhar de maneira remota, buscando, por um lado, realizar a formação teórica e metodológica dos 48 Bolsistas selecionados para os Projetos. Por outro, iniciou-se um esforço de compreensão da situação que vivenciávamos de modo a elaborar Diretrizes (MELO; NICÁCIO; ARAUJO; GROSSI *et al.*, 2020) para a instauração das Atividades Remotas Emergenciais (ARE) no PROEF-2 e no PROEMJA, à semelhança do que ocorreria com o trabalho com as crianças e adolescentes da instituição (NUNES; GEBARA; MELO; SILVA *et al.*, 2020). Além de reuniões remotas frequentes entre professores em formação, Bolsistas da EJA, com seus orientadores; dos encontros virtuais das Coordenações dos Projetos com os responsáveis pela administração do Centro Pedagógico, com seus representantes nas diferentes instâncias da UFMG e com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que fornece as Bolsas para os estudantes da Graduação que atuam no PROEF-2 e no PROEMJA, começamos a elaboração de inúmeros documentos a fim de viabilizar as ARE na EJA/CP.

Em conexão com a Universidade e com o calendário escolar elaborado para as crianças e os adolescentes do CP, que estudavam, presencialmente, no período diurno, antes da explosão da pandemia, foi definido que também a EJA/CP iniciaria suas ARE em 17/8/20. Para tanto, depois das reuniões virtuais realizadas de março a junho desse ano; dos estudos desenvolvidos no sentido de compreender o fenômeno que ia se tornando, cada vez mais, uma tragédia humanitária sem precedentes, e ainda mais no Brasil, concluímos que precisávamos conhecer os sujeitos da EJA no contexto pandêmico. Afinal, quem eram os educandos e as educandas do

⁶ É importante ressaltar nosso lugar discursivo na escrita deste trabalho, pois, ao mesmo tempo em que elaboramos questões de pesquisa para compreender os fenômenos os quais envolvem a EJA/CP/UFMG, também atuamos nos Projetos diretamente, em suas atividades administrativas, de extensão e de formação docente. Nesse sentido, o olhar investigativo caminhou junto com a nossa participação ativa no PROEF-2 e no PROEMJA. Até fevereiro de 2021, o autor do presente texto era Bolsista da Secretaria da EJA no Centro Pedagógico, onde desenvolveu suas atividades de extensão por dois anos. A coautora, por sua vez, professora do CP, desde 2014, foi coordenadora geral do PROEF-2 (2017-2021) e subcoordenadora do Projeto (2014-2017), quando também orientava Equipes de estudantes da Graduação, especialmente das Licenciaturas, em seu processo de formação como professores no PROEF-2, função que exerceu ainda em 2020.

PROEF-2 e do PROEMJA nesta nova e inesperada conjuntura? Como estavam lidando com a pandemia diante da necessidade de distanciamento e isolamento social? Quais eram as suas condições sociais, econômicas, culturais, tecnológicas e de saúde para cuidar de si e dos seus, tendo em vista o risco de adoecimento e morte na luta diária pela sobrevivência?

Foi assim que, uma vez mais, seguindo a tendência das demais Unidades da UFMG e do próprio CP no sentido de conhecer seus estudantes e suas condições materiais de vida durante a pandemia, com o intuito de retomar as aulas, nos diferentes cursos, no formato virtual, também na EJA, decidimos elaborar um questionário, à semelhança do que fizeram os Colegiados da Graduação e da Pós-Graduação de nossa Universidade, a fim de coletar informações sobre os educandos e as educandas do PROEF-2 e do PROEMJA, além daquelas que já possuíamos, registradas em suas pastas, criadas no momento da matrícula em nossos Projetos. Inspirada no formulário que os estudantes da Graduação responderam para as suas Unidades, a Secretaria da EJA, junto com a Coordenação dos Projetos, elaborou não somente um questionário para que os Bolsistas respondessem – pois precisávamos conhecer os estudantes da Graduação que atuariam no PROEF-2 e no PROEMJA -, mas também outro, destinado aos educandos de nossos Projetos. Diferentemente da maioria dos estudantes da Graduação que respondeu ao questionário sobre suas condições de vida na pandemia por meio de um formulário disponibilizado na plataforma Google, uma parte dos educandos da EJA precisou, como prevíamos, receber o questionário pelo Correio, ou responder às perguntas do formulário, por telefone, à Equipe da EJA. Nem todos, como este trabalho evidenciará, possuíam computador em casa, com Internet banda larga; celular, com pacote de dados ilimitado e/ou os conhecimentos necessários, os instrumentos, ligados ao letramento digital, para acessar um link para um formulário em um e-mail ou em uma mensagem de WhatsApp, de modo a responder questões, as quais compunham um gênero textual que se abria em uma tela.

Mesmo antes de ter os resultados desta coleta de informações realizada com os educandos da EJA, em julho e agosto de 2020, já havíamos apontado, na Escola e na PROEX, os desafios que teríamos no PROEF-2 e no PROEMJA, considerando-se a configuração do perfil dos sujeitos da EJA. Porém, com a crise vivenciada de modo mais amplo pelas Universidades e Instituições Federais de Ensino, devido aos cortes governamentais nos investimentos em Educação, já anunciados antes do Golpe de 2016, a UFMG não dispunha de recursos imediatos, além das Bolsas fornecidas aos professores em formação e monitores da EJA, para oferecer, aos educandos do PROEF-2 e do PROEMJA, um apoio para aquisição de pacote de dados, telefones celulares, ou empréstimo de computadores. Tudo deveria ser planejado antes de julho, a fim de se tentar a aquisição de equipamentos, por meio de editais lançados em meses anteriores por

instâncias da Universidade para a comunidade acadêmica, que coordena Projetos desenvolvidos em seu âmbito. Entretanto, o primeiro semestre de 2020 havia sido dedicado a compreender o contexto pandêmico, vivenciando todas as suas mazelas e consequências nefastas, para elaborar as propostas de trabalho neste mesmo contexto.

Dessa forma, os estudantes da EJA/CP não receberam qualquer apoio relacionado aos equipamentos necessários para participar das ARE desenvolvidas no PROEF-2 e no PROEMJA. Caso tivessem recebido, ainda restaria mais um desafio a ser enfrentado pelos sujeitos da EJA: a apropriação de saberes que permitem o manuseio desses equipamentos e o uso das tecnologias digitais, utilizados no ensino remoto. Portanto, como os dados desta pesquisa evidenciam, os quais serão explorados mais adiante neste texto, de modo similar ao que ocorreu em algumas escolas públicas brasileiras, também nos Projetos de EJA do CP/UFMG, apesar de uma diversidade de estratégias mobilizadas em cada Equipe de professores em formação juntamente com suas Coordenações durante as ARE desenvolvidas com os educandos do PROEF-2 e do PROEMJA, o recurso mais utilizado, quantitativamente, nessas atividades em 2020, foi o *WhatsApp*, além dos celulares e dos pacotes de dados dos próprios estudantes.

4. COMO A PESQUISA FOI REALIZADA? ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A investigação que este trabalho se propõe relatar foi realizada a partir da análise de questionários formulados pela Secretaria e Coordenação dos Projetos da EJA/CP/UFMG, aplicados aos educandos entre os meses de julho e agosto de 2020. Os formulários tinham como objetivo a coleta de informações sobre os estudantes que permitissem subsidiar o planejamento das Atividades Remotas Emergenciais (ARE). Eles foram aplicados por Coordenadores e Bolsistas do PROEF-2 e do PROEMJA através de e-mail, mensagens de *WhatsApp* e contato telefônico, alcançando 164 educandos, número que corresponde a 83,67% dos estudantes matriculados à época.

De modo mais específico, os questionários buscavam coletar informações sobre as condições de acesso dos estudantes às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como computador, celular, conexão à internet, bem como a respeito dos padrões de atividades realizadas com essas ferramentas e dos meios de contato de preferência. Além disso, também foram coletadas informações sobre a situação ocupacional dos educandos, suas condições de isolamento social, as atividades realizadas durante o isolamento e as dificuldades vivenciadas no período.

A fim de ampliar as possibilidades de análise, optou-se por cruzar os dados dos questionários com os dados dos registros de matrícula dos Projetos, os quais abastecem uma planilha organizada pela Secretaria da EJA/CP/UFMG, que possui outras informações sobre os estudantes. O cruzamento de dados, feitos a partir dos nomes dos educandos e através do programa de análise e manipulação de dados R^7 , permitiu a comparação das informações coletadas com variáveis de perfil disponíveis nos registros de matrícula, tais como idade, gênero e pertencimento étnico-racial. Por último, os dados também foram cruzados com as informações sobre aprovação e reprovação dos estudantes no ano letivo realizado remotamente e no ano letivo anterior, a partir de planilha elaborada com base na análise das fichas avaliativas dos anos de 2019 e 2020, disponibilizadas pela Secretaria.

A análise da base de dados final e a criação de visualizações das informações também foram realizadas através do programa *R*. Primeiramente, foi feita uma limpeza dos dados, com a padronização das respostas dos estudantes, exclusão de respostas consideradas inválidas – como em casos de erros de preenchimento – e supressão de respostas que não se enquadravam nas opções previstas pelas perguntas – que compõem as categorias de análise. A proporção das respostas ausentes ou desconsideradas, que será explicitada durante a análise, foi diversa, mas não atingiu grandezas significativas na maioria dos casos, e os resultados encontrados em cada variável consideraram apenas as respostas válidas. Em alguns casos foram criadas novas categorias a partir das informações disponíveis, circunstâncias que serão esclarecidas no decorrer da análise.

Em relação às variáveis de perfil, destaca-se que a informação sobre o pertencimento étnico-racial está disponível apenas para 51,21% dos estudantes que compõem a base de respondentes dos questionários, já que essa informação passou a ser coletada na ficha de

⁷ O *R* é uma linguagem de programação e um ambiente para análise estatística e produção de visualizações de dados. Assim, a análise realizada nesta pesquisa foi elaborada a partir do carregamento das bases de dados citadas, que originalmente estão em formato de planilha (.xlsx ou .csv), onde as variáveis (ou os *tipos* de informação como nome, gênero,) estão separadas por colunas e as linhas mostram as observações do banco de dados, ou seja, as informações específicas de cada estudante. Através de comandos no programa, é possível visualizar, filtrar, separar, organizar e manipular as informações do banco de dados, além de extrair informações sobre o número de observações em cada categoria de uma variável, a quantidade de respostas ausentes, estatísticas descritivas das variáveis, etc. O cruzamento de duas ou mais bases de dados também acontece através de comandos específicos: o programa carrega dois bancos de dados diferentes e, a partir de uma coluna (ou variável) que os dois bancos compartilham (como o número da matrícula), agrega as informações dos bancos de dados em um banco de dados final, cujo número de observações corresponderá ao número de observações iguais entre os dois bancos de dados iniciais. Esse é o processo através do qual a base de dados dos questionários foi agregada à base de dados de matrícula dos estudantes, elaborada pela Secretaria. O número de observações contidas na base final, nesse caso, corresponde ao número de estudantes que estavam presentes nas duas planilhas iniciais.

matrícula somente a partir de 2019. Já em relação ao desempenho dos estudantes durante os anos letivos de 2019 e 2020, destaca-se que, enquanto, para o ano letivo referente ao ano com Atividades Remotas Emergenciais (ARE), essa informação está presente em todas as observações do banco de dados, para o ano letivo anterior à implementação das ARE, essa informação está presente em 64,02% das observações. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os estudantes que se formaram em 2019 não estavam mais matriculados em 2020 e, por isso, não responderam ao questionário – além dos casos em que Bolsistas e Coordenadores não conseguiram contato com os estudantes a fim de saber de suas condições de vida durante a pandemia.

5. RESULTADOS

A fim de situar as análises e comparações aqui realizadas, sintetizamos algumas características⁸ dos estudantes dos Projetos que responderam ao questionário. As variáveis de perfil aqui descritas são: gênero, pertencimento étnico-racial e situação ocupacional, destacando-se que esta última foi levantada durante a aplicação dos questionários, e as primeiras estavam disponíveis na base de dados dos registros de matrículas da Secretaria da EJA/CP/UFMG. As proporções aqui apontadas levam em conta que, entre os 164 estudantes que responderam ao questionário, 57 estavam matriculados nas turmas do PROEF-2, e 107 estavam matriculados nas turmas do PROEMJA.

5.1. Variáveis de perfil

Em relação ao gênero, os dados mostram que as mulheres são maioria tanto na EJA/CP como um todo, quanto separadamente nos Projetos, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1: Gênero na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral $(\%)$
Feminino	64.91	59.81	61.59
Masculino	35.09	40.19	38.41

⁸ Inicialmente nos propusemos a incluir, além do gênero, do pertencimento étnico-racial e da situação ocupacional, a idade dos estudantes na composição das variáveis de perfil. Contudo, os dados não mostraram uma variação importante nessa variável no que se refere aos objetivos da pesquisa e às condições de sua produção. Por isso, a informação sobre a idade e seus cruzamentos com as variáveis de acesso às TIC e o desempenho dos estudantes nos anos letivos de 2019 e 2020 foi suprimida dos resultados que ora apresentamos.

No que se refere ao pertencimento étnico-racial, a Tabela 2 mostra que, entre os estudantes que preencheram essa informação no momento da matrícula presentes no banco de dados analisado, os pardos são maioria, tanto na EJA, tomada de modo mais geral, quanto nos dois Projetos, observados de maneira separada. Somados às pessoas que se declararam como pretas, temos, portanto, a predominância de estudantes negros no PROEF-2 e no PROEMJA.

Tabela 2: Pertencimento étnico-racial na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral $(\%)$
Brancos	29.03	22.64	25.00
Indígenas		5.66	3.57
Não declarantes	6.45	3.77	4.76
Pardos	41.94	50.94	47.62
Pretos	22.58	16.98	19.05

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

Contando com uma taxa de 89,63% de respostas válidas, a categoria situação ocupacional mostra, como se pode ver na Tabela 3, que a maior proporção observada está entre os Empregados, embora exista um equilíbrio relativo entre as categorias. Nota-se também que a proporção de Desempregados é maior no PROEF-2, enquanto a proporção de Aposentados é maior no PROEMJA.

Tabela 3: Situação ocupacional na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral (%)
Aposentado/a	17.31	25.26	22.45
Autônomo/a	25.00	25.26	25.17
Desempregado/a	26.92	20.00	22.45
Empregado/a	30.77	29.47	29.93

5.2. Variáveis de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação

5.2.1. Acesso à Internet

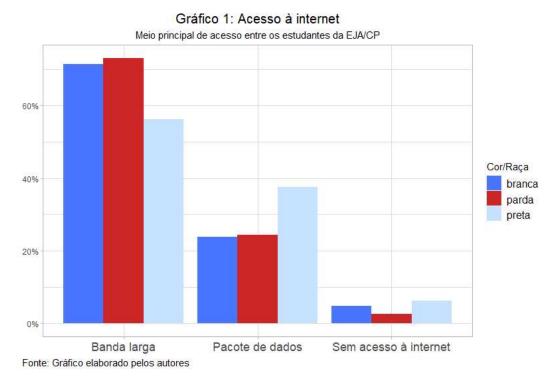
No momento de elaboração e aplicação do questionário, a pergunta sobre acesso à internet contava com as seguintes categorias: tem Internet banda larga em casa com boa ou ótima velocidade; tem Internet banda larga em casa com baixa qualidade; tem acesso por meio de pacotes de dados no celular; não tem acesso à Internet. Observa-se que os estudantes

poderiam responder que possuíam acesso à banda larga e ao pacote de dados ao mesmo tempo, se esse fosse o caso, de forma que as respostas poderiam se sobrepor.

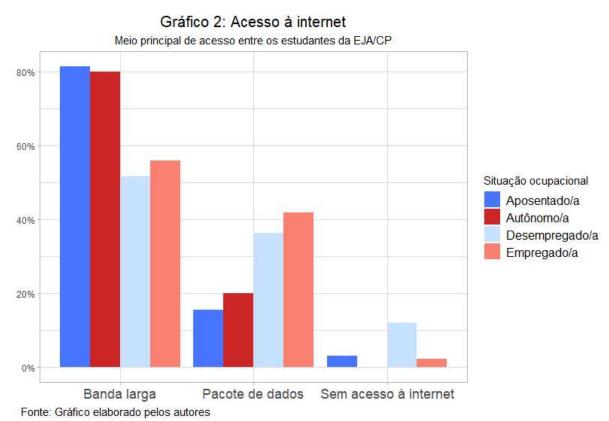
A fim de adequar essa variável aos interesses de pesquisa aqui expostos, essa variável foi tratada da seguinte forma: os dois tipos de banda larga foram agrupados na categoria 'Banda larga' e da categoria de 'acesso a pacote de dados' foram excluídos os estudantes que afirmaram que, além do pacote de dados para celular, também tinham acesso à banda larga. Dessa forma, conseguimos comparar os estudantes em função de seu *principal* meio de acesso à internet, sendo que, na categoria 'pacote de dados', estão apenas os estudantes para quem esse tipo de acesso à internet é o único que possuem. Assim, essa variável apresentou uma taxa de respostas válidas de 95,73% e mostrou que a proporção apresentada em cada categoria foi bastante similar entre os Projetos e a EJA/CP como um todo, variando apenas alguns décimos: cerca de 65% acessam a internet principalmente a partir de conexão banda larga, enquanto o acesso ao pacote de dados é o principal meio de acesso à internet de cerca de 30% dos respondentes. Aproximadamente 3% dos estudantes declararam não ter acesso à internet.

O acesso à internet discriminado por gênero mostra que, por um lado, 66,66% das mulheres têm a banda larga como principal meio de acesso à internet, enquanto que entre os homens essa taxa é de 63,93%. Por outro lado, os homens apresentam uma taxa maior no que se refere ao acesso ao pacote de dados: 34,42% a 28,12%, ao mesmo tempo em que as mulheres sem acesso à internet representam 5% de seu grupo, enquanto esse número é de 1% entre os homens.

Quando comparamos as taxas relativas ao acesso à internet entre as categorias de pertencimento étnico-racial – aqui suprimidos os que se autodeclaram indígenas e os não-declarantes – vemos que os estudantes que se autodeclaram pretos apresentam uma maior proporção de acesso a pacote de dados como meio principal de conexão do que brancos e pardos, ao mesmo tempo em que possuem a menor taxa entre os que têm acesso à banda larga, como mostra o Gráfico 1:



Em relação à situação ocupacional, os dados mostram que empregados e desempregados apresentam uma proporção maior de acesso à internet principalmente através de pacote de dados do que os outros grupos. O Gráfico 2 mostra ainda que os desempregados apresentam uma taxa maior entre os que não têm acesso à internet, em comparação com as outras situações dos educandos quanto à sua ocupação profissional.



5.2.2. Acesso a equipamentos de comunicação e informação

Em relação ao acesso a equipamentos que possibilitariam a comunicação com os estudantes do Projeto e permitiriam a execução das Atividades Remotas Emergenciais (ARE), o levantamento de informações a partir dos questionários mostrou que o celular é o equipamento mais presente entre os estudantes, alcançando taxas próximas de 100% tanto nos dois Projetos, quanto na EJA/CP como um todo, como mostra a Tabela 4:

Tabela 4: Situação de acesso a equipamentos na EJA/CP

	PROEF-2 (%)	PROEMJA (%)	Geral (%)
Celular	96.49	94.39	95.12
TV	96.49	90.65	92.68
Rádio	80.70	66.36	71.34
Computador	56.14	46.73	50.00
Scanner	40.35	39.25	39.63
Telefone Fixo	12.28	22.43	18.90
Impressora	14.04	5.61	8.54
Tablet	5.26	7.48	6.71

Fonte: Tabela elaborada pelos autores

A Tabela 4 mostra ainda que a taxa de estudantes que possuem computador fica em torno de 50% para os três grupos. Contudo, quando comparamos essa taxa em função das variáveis de perfil, vemos que existem diferenças significativas entre os grupos. Em relação ao gênero, a proporção de homens com acesso a computador é de 61,90%, enquanto que entre as mulheres essa taxa é de 42,57%. Em relação ao pertencimento étnico-racial, o Gráfico 3 mostra uma clara vantagem dos estudantes brancos no que se refere à posse de computador: a taxa nesse grupo é de 66,66%, enquanto que entre pardos e pretos é de 45% e 43,75%.

Proporção do acesso a aparelhos entre os estudantes da EJA

Cor/Raça
branca
parda
preta

Celular TV Rádio Computador

Gráfico 3: Acesso a aparelhos

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Em relação à situação ocupacional, também observa-se uma clara desvantagem dos desempregados em relação aos outros grupos no que se refere à posse de computador. Enquanto que, entre aposentados, autônomos e empregados, a taxa de posse deste equipamento varia entre 50% e 60%, entre os desempregados essa taxa é de 27,27%.

O estudante que respondesse a pergunta sobre o acesso a equipamentos deveria assinalar todos os equipamentos a que tinha acesso, de forma que poderia responder que possuía todos os equipamentos da lista, se esse fosse o caso. De forma parecida com o que foi feito com a pergunta sobre o acesso à internet, aqui também foi útil tratar essa variável de modo a excluir respostas duplicadas entre os estudantes que declararam possuir computador, celular e *tablet*, para possibilitar a análise do perfil dos estudantes que tinham acesso apenas ao celular. Assim, foram selecionadas as respostas destas três categorias (computador, celular e *tablet*), e, do grupo que declarou possuir celular, foram excluídos todos os que também tinham acesso ao computador ou ao *tablet*. Dessa forma, a nova variável, que conta com 97,56% de respostas válidas, mostra que 45,62% dos estudantes da EJA/CP possuem acesso apenas ao celular.

Os resultados encontrados na comparação dessa variável entre as variáveis de perfil mostram desvantagens significativas para mulheres, autodeclarados pretos e desempregados, reforçando o cenário apontado pela análise das taxas de acesso ao computador. Em relação ao gênero, observa-se que 52,04% das mulheres possuem acesso apenas a celular, enquanto que

esta taxa entre os homens é de 35,48%. No que se refere ao pertencimento étnico-racial, observa-se que para pardos e pretos a proporção de estudantes com acesso apenas a celular é de 50% e 53,33%, respectivamente, enquanto que essa é a condição de apenas 33,33% dos autodeclarados brancos. Os desempregados também têm desvantagem nesse sentido: a taxa de estudantes dentro dessa categoria que possuem apenas celular é de 66,66%, enquanto que entre Aposentados, Autônomos e Empregados essa taxa varia entre 37,50% e 43,18%.

5.3. Desempenho dos estudantes no ano letivo das Atividades Remotas Emergenciais (ARE)

Com o objetivo de começar a medir o impacto das condições de acesso às TIC sobre o desempenho dos estudantes em 2020, analisamos os resultados no ano letivo que se desenvolveu com a implementação das ARE. A taxa de aprovação geral entre os estudantes que responderam o questionário foi de 53,65%, sendo que no PROEF-2 foi de 54,38% e no PROEMJA foi de 53,27%.

A comparação do desempenho dos estudantes em função das variáveis de perfil mostra algumas diferenças relevantes. A taxa de aprovação entre as mulheres foi de 59,40%, enquanto, entre os homens, foi de 44,44%. Em relação ao pertencimento étnico-racial, o Gráfico 4 mostra que, apenas entre os que se autodeclararam pretos, a taxa de reprovação foi maior que a de aprovação, sendo que brancos e pardos apresentaram, respectivamente, as maiores taxas de aprovação. Em relação à situação ocupacional, a taxa de reprovação foi maior que a de aprovação também entre os estudantes desempregados, ficando em 51,51%. Entre os aposentados, os autônomos e os empregados, a taxa de aprovação ficou entre 54% e 57%.

⁹ Vale ressaltar que, em 2020, a reprovação ocorreu em grande medida por que os estudantes não conseguiam acessar as atividades para realizá-las ou por que fizeram a opção de não seguir com sua escolarização de forma remota, preferindo aguardar o retorno das aulas presenciais e retomar os estudos do lugar onde pararam antes da pandemia.

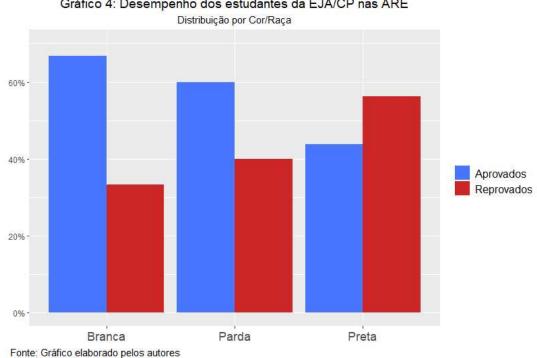


Gráfico 4: Desempenho dos estudantes da EJA/CP nas ARE

Em relação à situação de acesso à internet, a comparação do desempenho dos estudantes mostra uma vantagem dos que têm o acesso à banda larga como principal meio de conexão com a internet em relação aos outros grupos. Como mostra o Gráfico 5, entre os que têm acesso apenas ao pacote de dados e entre os que não têm acesso à internet, a taxa de reprovação foi maior que a de aprovação no ano letivo.

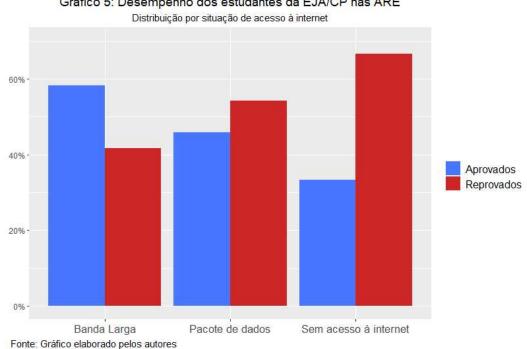


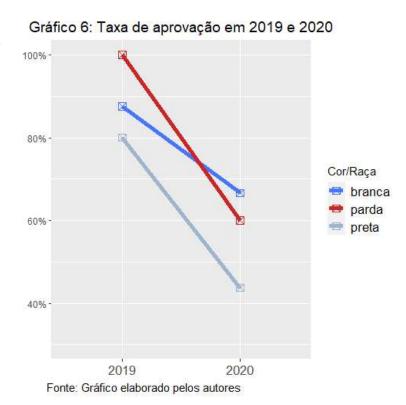
Gráfico 5: Desempenho dos estudantes da EJA/CP nas ARE

Em relação à situação de acesso a equipamentos, as taxas de aprovação e reprovação mostram uma desvantagem entre os que têm acesso apenas a celular: nesse grupo a taxa de reprovação foi 54,79%, enquanto que entre os que têm computador ou *tablet*, além do celular, essa mesma taxa foi de 39,08%.

5.3.1. Comparação dos resultados de 2019 e 2020

No ano de 2019, a taxa de aprovação geral foi de 90,25%, de um total de 195 matriculados, mostrando que, em comparação, em 2020 tivemos uma queda geral de 36,60% na aprovação dos estudantes. Contudo, torna-se útil comparar as taxas de aprovação e reprovação dos dois anos de acordo com as variáveis de perfil e de acesso às TIC, a fim de delinear com precisão o peso da relação entre as condições de acesso às TIC e o desempenho, como também para averiguar em que medida a queda observada nas taxas de aprovação afetou os diferentes grupos. Como explicitado anteriormente, a informação sobre o desempenho dos estudantes no ano de 2019 está presente em 64,02% das observações do banco de dados. Logo, a proporção de respostas válidas para as variáveis de perfil e de acesso às TIC dentro desse grupo é diferente da proporção geral. Entre os estudantes cuja informação sobre o desempenho no ano letivo de 2019 está presente, verifica-se que: a informação sobre pertencimento étnicoracial está presente em 33,33% das observações; a informação sobre situação ocupacional está presente em 89,52% das observações; a informação sobre acesso à celular, computador ou *tablet* está presente em 97,14% das observações; e a informação sobre o meio principal de acesso à internet está presente em 96,19% das observações.

Em relação ao gênero, observa-se que a queda na aprovação foi mais significativa entre os homens que entre as mulheres. Entre eles, a queda na de aprovação foi de taxa 52,69%, enquanto que entre elas a queda foi de 34,87%. Na comparação entre os grupos de pertencimento étnico-racial. observa-se que pardos e pretos tiveram uma queda nessa taxa mais significativa que brancos, como mostra o Gráfico 6. Enquanto entre pardos e pretos



a queda na aprovação foi de 40% e 36,25%, entre brancos a queda sentida foi de 20,83%. Em relação à situação ocupacional, a queda nas taxas de aprovação observada entre os desempregados foi a terceira mais significativa, apresentando uma taxa de 39,75%. A queda foi de 45,75% entre aposentados e empregados e de 29,60% entre autônomos. Vale ressaltar, porém, que os desempregados apresentaram, em 2019, a segunda menor taxa de aprovação, enquanto que em 2020 sua taxa foi a menor entre os grupos.

A comparação do desempenho dos estudantes em 2019 e 2020 em função das condições de acesso às TIC contribui para reforçar a associação observada entre essas condições e o desempenho na comparação entre as variáveis de perfil. Em relação ao acesso à internet, como mostra o Gráfico 7, embora em 2019 tenham apresentado taxas de aprovação muito parecidas, os estudantes dos grupos "Banda larga" e "Pacote de dados" se distanciaram na taxa de aprovação de 2020, apresentando uma queda de 37,33% e de 50,71%, respectivamente. Já em relação ao acesso a equipamentos, o Gráfico 8 mostra que a queda na aprovação entre os que têm acesso a computador foi menor do que a queda entre os que possuem apenas celular: 35,69% a 47,81%.

Gráfico 7: Taxa de aprovação em 2019 e 2020 Comparação por principal meio de acesso à internet 100% -Meio de acesso 80% Banda Larga 60% Pacote de dados Sem acesso à internet 40% 2020 2019 Fonte: Gráfico elaborado pelos autores Gráfico 8: Taxa de aprovação em 2019 e 2020 Comparação por posse de celular/computador/tablet 100%

Comparação por posse de celular/computador/tablet

100%
80%
60%
2019

2020

Acesso à

Apenas Celular

Computador/Celular/Tablet

Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreender as condições nas quais os educandos e as educandas da EJA realizaram o ano letivo durante as Atividades Remotas Emergenciais (ARE) é passo fundamental para entender de que forma o direito à educação desse público foi restringido no contexto da pandemia do novo Coronavírus. Enxergar, além disso, esse processo sob a luz da tarefa a que se propõe a Educação de Jovens e Adultos no que diz respeito à oferta de um ensino e de um processo de aprendizagem que leve em conta a trajetória de vida e as especificidades de seus educandos a fim de construir com eles a superação de uma situação de marginalização imposta pelo processo de escolarização "tradicional" e pela estrutura de poder da sociedade, auxilia no dimensionamento das desigualdades aprofundadas e criadas pelo contexto da pandemia. A dependência do acesso a certas tecnologias para a continuidade do processo educacional do jovem e do adulto se tornou, nesse cenário, um mecanismo de seleção e exclusão, penalizando os sujeitos com base em pré-condições culturais e socioeconômicas sobre as quais tiveram pouco ou nenhum controle e das quais tentam cotidianamente se afastar, empenhando seus mais sacrificados esforços.

Nesse sentido, entender as condições de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) dos estudantes da EJA sob a luz dos conceitos de *capital cibernético* e *fluência tecnológica* nos permite avaliar com mais profundidade a situação de vulnerabilidade à qual estes estudantes foram submetidos pelo processo de adaptação da vida escolar às ARE. Ademais, a análise do desempenho dos estudantes no ano letivo remoto indica relações entre as condições de acesso às TIC e o resultado obtido pelos educandos da EJA, abrindo caminho para demonstrar que a adaptação do ensino ao contexto remoto adicionou camadas de desigualdade à prática educacional na Educação de Jovens e Adultos, além de reforçar outras já existentes.

Por um lado, a pesquisa mostrou significativas desigualdades no que se refere ao que Rocha (2011) identifica como capital cibernético objetivado, aqui agregando o acesso à internet e aos equipamentos de comunicação e informação. Embora a grande maioria dos estudantes dos Projetos da EJA/CP tenha acesso à internet, boa parte desse acesso acontece somente através de pacote de dados de celular. Comparando o acesso à internet a partir das variáveis de perfil, também foi possível notar que estudantes autodeclarados pretos e estudantes desempregados sustentam as proporções mais significativas entre os que se conectam à internet apenas através de pacote de dados.

Em relação ao acesso aos equipamentos, foi observado que metade dos estudantes da EJA/CP possui computador, índice pouco maior que a média de 46%, observada para o sudeste do país na pesquisa TIC Domicílios 2019. Contudo, o cruzamento da proporção de acesso ao computador a partir das variáveis de perfil mostra que as mulheres, os autodeclarados pretos e os desempregados levam desvantagem em comparação com homens, brancos e estudantes aposentados, empregados ou que trabalham de forma autônoma. Os índices de estudantes que possuem apenas celular mantêm esse padrão de desigualdade entre os grupos.

A análise do desempenho dos estudantes no ano letivo que se sucedeu de maneira remota a partir das variáveis de perfil e de acesso às TIC mostrou também significativas desigualdades. Entendendo o resultado do estudante como um indicativo do produto da mobilização de seu capital cibernético incorporado, ou seja, de seu "conjunto de conhecimentos e habilidades para uso das tecnologias digitais de informação" (ROCHA, 2011, p. 1732), é possível interpretar as diferenças de desempenho observadas na EJA/CP como desigualdades relativas ao capital cibernético incorporado – que se associam diretamente ao capital cibernético objetivado.

A pesquisa mostrou que as taxas de aprovação e reprovação não se distribuíram de maneira uniforme entre os grupos que compõem a EJA/CP. Ao invés disso, revelou que autodeclarados pretos e desempregados estudantes tiveram um desempenho significativamente pior em comparação com as outras categorias de pertencimento étnicoracial e situação ocupacional. Levando em conta que estes grupos também enfrentam desvantagens no que se refere ao acesso às TIC, a relação entre o capital incorporado e o objetivado parece sinalizada. As mulheres, porém, são o único grupo que escapa a essa lógica, uma vez que, mesmo enfrentando desvantagens no acesso às TIC, apresentam uma taxa de aprovação maior que a dos homens.

Dissolvendo as diferenças de perfil e comparando diretamente as condições de acesso às TIC com o desempenho, vemos que a relação entre eles é reforçada: a aprovação só é maior que a reprovação entre os que acessam a internet através da banda larga e os que possuem computador e/ou *tablet*, sendo que, entre os que possuem apenas pacote de dados e entre os que possuem apenas celular, a taxa de reprovação é maior que a de aprovação.

Como ficou claro, a análise do desempenho no ano letivo de 2020 começa a delinear a relação desse desempenho no ano pandêmico com as condições de acesso às TIC dos estudantes. Por sua vez, a comparação com o desempenho do ano letivo de 2019 nos oportuniza reforçar essa interpretação, uma vez que permite comparar os resultados dos estudantes no contexto das ARE, onde o acesso às TIC foi essencial, com os resultados dos estudantes em um

contexto em que esse acesso não era determinante. A comparação entre estes dois grupos permite entender como se comportaram as desigualdades pré-existentes entre os estudantes no que se refere às variáveis de perfil, permitindo uma melhor captura dos efeitos das condições de acesso às TIC sobre o desempenho desses grupos – uma vez que possibilita dimensionar as diferenças que já existiam antes do contexto pandêmico e qualificar o crescimento ou a diminuição dessas diferenças como um efeito mais direto das condições de acesso às tecnologias pelos estudantes. Dessa forma, podemos compreender melhor as desigualdades existentes nos Projetos de Educação de Jovens e Adultos analisados no que se refere ao que aqui sinalizamos como *capital cibernético*.

Em outras palavras, essa comparação nos mostra o impacto relativo que o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto causaram nos estudantes. Ela nos revela que a distribuição desse impacto não foi uniforme – na verdade, foi mais sentido por uns que por outros. Embora a taxa de aprovação tenha caído significativamente para a EJA/CP como um todo, os resultados mostram que os homens tiveram uma queda maior que as mulheres, considerando que em 2019 tiveram taxas de aprovação parecidas.

Em relação ao pertencimento étnico-racial, autodeclarados pardos e pretos também tiveram uma queda maior do que a apresentada pelos autodeclarados brancos. Nesse sentido, vale ressaltar que, enquanto em 2019 os brancos apresentaram a segunda maior taxa de aprovação, atrás de pardos (como mostrou o Gráfico 7), em 2020 foram os que manifestaram a maior taxa entre os grupos. Os autodeclarados pretos apresentaram as menores taxas de aprovação nos dois anos, sendo que a diferença em relação aos autodeclarados brancos aumentou em 2020. No que se refere à situação ocupacional, os desempregados apresentaram a segunda menor taxa de aprovação em 2019 (88%) e a menor taxa em 2020, mas foi apenas o terceiro de maior queda.

As condições de acesso à internet e aos equipamentos de comunicação e informação também se mostraram relevantes para a interpretação das quedas nas taxas de aprovação entre os anos. Embora tenham apresentado taxas de aprovação bem similares aos pares de suas categorias no ano de 2019, estudantes que acessam a internet apenas através de pacote de dados e os que têm acesso apenas ao celular tiveram quedas mais significativas que os estudantes que têm acesso à banda larga e ao computador.

Nesse sentido, os resultados observados pela pesquisa demonstraram, em primeiro lugar, que o acesso às TIC é desigual entre os estudantes da EJA/CP, sendo que essa desigualdade impactou de forma significativa a implementação das ARE, considerando também a proposta pedagógica característica da Educação de Jovens e Adultos, que deve levar em conta

as especificidades dos educandos e das educandas no que tange às suas condições e trajetórias de vida.

Em segundo lugar, a pesquisa demonstrou a existência de desigualdades entre os estudantes no que se refere ao conceito de capital cultural cibernético, se atendo à necessidade incontornável da posse e do uso habituado das TIC para a realização das ARE pelos estudantes. Nessa direção, os resultados indicaram uma relação importante entre as desigualdades referentes às TIC e o desempenho dos estudantes no ano letivo de 2020, confirmando que as condições de vulnerabilidade sinalizadas como desafio à implementação efetiva das ARE na Educação de Jovens e Adultos se mostraram determinantes para os resultados obtidos pelos estudantes em seu processo de ensino.

Por último, a pesquisa mostrou que o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto reforçaram desigualdades, no que se refere às desvantagens pré-existentes que foram ampliadas pela necessidade de acesso à internet e posse de equipamentos específicos. Esse fato foi observado entre os autodeclarados pretos, por exemplo, que historicamente enfrentam obstáculos no que se refere tanto ao acesso a direitos sociais, como a educação, quanto às possibilidades de consumo, aqui assinalado pela necessidade de posse de equipamentos tecnológicos. Ademais, o contexto da pandemia e a adaptação ao ensino remoto também criaram desigualdades no processo educacional. A comparação entre os desempenhos de 2019 e 2020 mostra que grupos que antes da pandemia não tinham desvantagens significativas no que se refere à aprovação – caso dos estudantes que acessam a internet apenas através de pacote de dados e dos que possuem apenas celular –, no contexto das ARE, tiveram uma queda significativa – e maior que os outros grupos que compõem suas categorias – no que se refere à aprovação no ano letivo de 2020, fato que em última instância pode contribuir para o distanciamento do estudante da retomada de seu processo de escolarização, isto é, de seu Direito Constitucional à Educação.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre [1966]. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio (orgs.). **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-64.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude [1964]. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

- BUTTERFIELD, Andrew; NGONDI, Gerard Ekembe; KERR, Anne (eds.). **A dictionary of computer science**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- JÚNIOR, Adenilson. S. C.; OLIVEIRA MATEUS, Kergileda. A. de; LIMA, Marileide. M. P.; MENEZES, Mônica. C. de; COSTA, Solange. B.. Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de Covid-19: cenários e dilemas em municípios baianos. **Revista Encantar-Educação, Cultura e Sociedade**, Bom Jesus da Lapa, n. 2, p. 01-22, ago. 2020.
- Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/9357>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- LIMA, Francisca. V.; COSTA, Aldemar. B. da; LOPES, Cléber.; HARACEMIV, Sonia. M. C. Educação não Presencial na EJA do Paraná em Tempos de Pandemia. **Interacções**, Cidade, v. 16, n. 54, p. 106-125, dez. 2020. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21022. Acesso em: 22 jun. 2021.
- MELO, Juliana Ferreira de; NICÁCIO, Luiz Gustavo; ARAUJO, Denise; GROSSI, Maria Elisa *et al.* Diretrizes para estruturação e organização das atividades emergenciais de ensino remoto no Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos 2º Segmento (PROEF-2) e no Projeto de Ensino Médio de Jovens e Adultos (PROEMJA) do Centro Pedagógico da UFMG. Belo Horizonte: Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, junho de 2020.
- NOGUEIRA, Maria Alice Nogueira; CATANI, Afrânio. (orgs.). **Pierre Bourdieu**. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **TIC Domicílios 2019**. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.
- NUNES, Roberson; GEBARA, Tânia; MELO, Juliana Ferreira de; SILVA, Fabrine Leonard *et al.* **Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto Emergencial do Centro Pedagógico EBAP/UFMG**. Belo Horizonte: Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, julho de 2020.
- ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Relações entre *habitus* e fluência tecnológica: uma leitura a partir de Bourdieu. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12, 2011, Brasília. **Anais**... Brasília: UNB, 2011. p. 1727-1744. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1707/Rela%C3%A7%C3%B5es%20-%20Rocha.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 jun. 2021.
- SOARES, Leôncio J. G.; SOARES, Rafaela C. e S. O reconhecimento das especificidades da Educação de Jovens e Adultos: constituição e organização de propostas de EJA. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona: Arizona State University, 2014. p.1-22.. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275031898083>. Acesso em: 22 jun. 2021.